

Hegemonia, fração de classe e financeirização do capital: elementos para uma abordagem marxista e sistêmica sobre a crise política brasileira

Mayra Goulart da Silva

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (BRA)

Beatriz Soares Lourenço

Universidade Federal Fluminense (BRA)

Júlio César Pereira de Carvalho

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (BRA)

Introdução

O objetivo deste trabalho é enquadrar a crise que levou à interrupção do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Executivo Federal brasileiro, em uma perspectiva sistêmica que a compreenda como parte de uma estrutura global, marcada por mudanças no processo de acumulação capitalista; e também de uma conjuntura regional, marcada pelo

refluxo da Maré Rosa. No que diz respeito à primeira dimensão, nosso propósito é argumentar que, ao longo do século XX, a dinâmica capitalista passou a ter no sistema financeiro seu principal lócus de acumulação e, nas classes rentistas, sua fração hegemônica. No que concerne à segunda dimensão, buscar-se-á demonstrar que, na América Latina, a ascensão das elites financeiras e sua hegemonia sobre os demais segmentos da elite (econômica e política) está submetida a uma dinâmica de abundância e escassez de moeda conversível (*boom and boost cycles*), associada, sobretudo, às oscilações nos preços das commodities.

Para isso, na primeira parte do trabalho, será apresentado um instrumental teórico de origem marxista (COX, 2007; POULANTZAS, 1977; 1980; GRAMSCI, 1968; 2000a; 2000b), com o intuito de apresentar os conceitos de hegemonia e fração de classe. Em seguida, será empreendida uma breve incursão na história econômica, sinalizando uma alteração no bloco histórico estruturado a partir das instituições de *Bretton Woods* (NAYYAR, 2006; EPSTEIN & POWER, 2003). Na segunda parte do trabalho, por sua vez, analisaremos o impacto da financeirização do capital na periferia do sistema capitalista, aqui caracterizados pela vulnerabilidade econômica e pela dependência do ingresso de moeda estrangeira, obtida, sobretudo, através da exportação de matérias primas e por investimentos financeiros.

Na terceira e última parte, averiguaremos como essa relação de dependência e vulnerabilidade se materializa no plano político. Por fim, o instrumental será aplicado ao caso brasileiro, de modo a demonstrar que o impeachment de Dilma Rousseff é um fenômeno multidimensional, cuja compreensão é ampliada quando são contemplados fatores que ultrapassam as vicissitudes do Presidencialismo de Coalizão (LIMONGI, 2006) e a agência de indivíduos singulares dentro do então bloco de governo. Diante disso, nosso argumento associa a interrupção do projeto levado a cabo pelo PT a uma conjuntura econômica de escassez, que se traduz na percepção de

ameaça por parte das elites financeiras – que, ao abandonarem a coalizão de forças que sustentava a administração petista, foram acompanhadas pelos demais segmentos do empresariado brasileiro. Contudo, conforme será demonstrado mais adiante, a separação entre os setores rentistas e produtivos adquire, neste trabalho, um cunho meramente metodológico, dado o caráter multifacetário de atuação e acumulação da burguesia atuante no Brasil.

Hegemonia, fração de classe e financeirização do capital: elementos para uma abordagem marxista e sistêmica sobre a crise política brasileira

O conceito de hegemonia se origina na tradição marxista, demarcando uma inflexão no debate teórico acerca da relação entre estrutura econômica e superestrutura política, enfatizando a importância da última na configuração da teia de relações sociais que forma as diferentes comunidades distribuídas no tempo e no espaço. Com isso, a sociedade civil e a ideologia emergem, respectivamente, como espaço e ferramenta das lutas por poder.

De acordo com Gramsci (1968), uma classe mantém seu domínio não somente por meio do uso da força, mas exercendo uma liderança intelectual e moral, fazendo concessões, dentro de certos limites, a uma multiplicidade de aliados integrados em um bloco social de forças, ou (na terminologia do autor) em um *bloco histórico*. Sobre ele, enraízam-se os pressupostos de uma determinada ordem social, segundo os quais a hegemonia de uma classe dominante específica é criada e reproduzida em um complexo campo formado por instituições, ideias e relações sociais (BOTTOMORE, 2013).

Sob este prisma, o desenvolvimento da hegemonia deve estar pautado no consentimento ativo, ou seja: em um anseio coletivo formado por diversos grupos da sociedade civil, porque a hegemonia é a conexão

entre a sociedade civil e os aparelhos do Estado (COX, 2007). O controle democrático se desenvolve por meio da hegemonia em um nível mais elevado, no qual a ideologia que a perpassa é fundamental. A ideologia hegemônica, portanto, não é automaticamente determinada pelos interesses imediatos da classe econômica predominante, mas é um *espaço em disputa* (BOTTOMORE, 2013). Neste espaço, concorrem práticas e relações sociais alternativas, que disputam a capacidade de determinar as instituições e os aparelhos de poder que formam a sociedade civil. Além do Estado, cabe destacar outros espaços nos quais é possível observar essa dinâmica, em que se conformam e disseminam os mecanismos de coerção e consenso que formam a hegemonia – como as escolas, a Igreja e os meios de comunicação. É nesse contexto que os intelectuais orgânicos ganham destaque como instrumentos de irradiação ideológica, uma vez que são responsáveis pela construção da base de consenso na sociedade em torno de seus interesses em uma disputa por corações e mentes, cujo *locus* prioritário é a sociedade civil (GRAMSCI, 2000b).

Nesse esforço para ressaltar o caráter dinâmico e conflitivo do conceito de hegemonia, a obra de Nico Poulantzas aparece como ferramenta teórica particularmente interessante, uma vez que em “*O Poder Político e Classes Sociais*” (1978), observa-se uma definição normativa de Estado, que almeja superar o determinismo econômico – apontado como característico de análises marxistas até então. Apesar das reformulações e viragens no interior da obra do autor, é possível traçar como fio condutor a ideia de que a natureza do Estado não pode ser avaliada de maneira afastada das contradições dos conflitos provenientes da luta de classes que perpassam a sociedade capitalista. Não obstante, dessa conexão não é derivada uma relação inexorável de determinação, uma vez que o autor ressalta a necessidade de se pensar as classes sociais para além das relações econômicas de produção, levando em conta relações ideológicas e políticas

que, junto às econômicas, determinariam as formas de lutas de classe (MOTTA, 2009).

Ao considerar a natureza das relações capitalistas de produção, Poulantzas chega à conclusão de que existe uma fragmentação da classe burguesa de acordo com o lugar que cada fração do capital ocupa no processo de produção e acumulação capitalista (POULANTZAS, 1977). Essa fragmentação é fundamental para o campo analítico e teórico de Poulantzas, mesmo aparecendo de maneira mais complexa quanto à realidade observada. As frações de classe são, portanto, resultado das estruturas (econômica e política) do modo de produção capitalista, sendo possível identificar, no plano econômico, a existência das burguesias comercial, financeira e industrial e dos grandes proprietários de renda fundiária.

O Estado é uma unidade repleta de contradições entre essas distintas frações da classe dominante, que lutam entre si com o objetivo de ampliar suas parcelas no processo de acumulação de capital. De acordo com Poulantzas (1977, p. 225), “o estado capitalista, através do jogo interno das suas instituições, torna possível, na sua relação com o campo da luta política de classe – relação esta concebida como fixação de limites, a constituição do bloco no poder”. O bloco no poder é uma unidade complexa e contraditória.

Sendo assim, o bloco no poder concentra as contradições entre classes ou frações de classes dominantes, que coexistem no nível da dominação política. A classe que possui a capacidade de liderar os interesses econômicos, políticos e ideológicos das outras frações de classes do bloco no poder detém

um *papel dominante* particular, o qual pode ser caracterizado como *papel hegemônico*. Neste segundo sentido, o conceito de hegemonia exprime a dominação particular de uma das classes ou frações dominantes em relação às outras classes ou frações dominantes de uma formação social capitalista (POULANTZAS, 1977, p.137. grifo do autor).

A fração de classe hegemônica lidera os interesses políticos, econômicos e ideológicos das outras frações de classes do bloco no poder, porque polariza

(...) os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, constituindo os seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco do poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política (*Idem*, p.234).

Diante dessa definição, o propósito das próximas seções será demonstrar que foi este o papel exercido pelas classes rentistas ao guiarem as demais frações da elite e da sociedade no processo de ruptura com os governos petistas a partir de 2013, revelando sua hegemonia no tocante à capacidade de apresentar seus valores e interesses particulares como uma tradução do interesse nacional.

Sob essa perspectiva, as políticas de Estado são resultado, no curto prazo, das relações de forças no âmbito do bloco no poder e da influência que as frações de classe imprimem nas instituições e nos aparelhos do Estado capitalista. Essas atuações geram processos contraditórios, limites e bloqueios, característicos da natureza conflitiva do bloco no poder. Nas palavras de Poulantzas:

Emanam daí táticas movediças e contraditórias, cujo objetivo geral ou cristalização institucional se corporificam nos aparelhos estatais. Esse campo estratégico é transpassado por táticas muitas vezes bastante explícitas ao nível restrito onde se inserem no Estado, táticas que se entrecruzam, se combatem, encontram pontos de impacto em determinados aparelhos, provocam curto-circuito em outros e configuram o que se chama "a política" do Estado, linha de força geral que atravessa os confrontos no seio do Estado (POULANTZAS, 1980, p.157).

Essas relações se dão no âmbito da luta de classes e basicamente do controle ou influência que a classe dominante pode ter sobre o aparelho concentrador de poder, diminuindo a capacidade de uma vitória eleitoral em alterar este domínio (TEIXEIRA & PINTO, 2012). Nessa chave analítica, os

ocupantes do poder não possuem autonomia para seguir conteúdos programáticos efetivamente distintos, que de algum modo divirjam dos interesses das frações hegemônicas da elite; inviabilizando, portanto, a sustentabilidade de projetos comprometidos com os interesses das classes produtivas que de algum modo reduzam a lucratividade das atividades rentistas. Não obstante, como mostraremos na segunda seção, a autonomia/heteronomia entre elites políticas e econômicas não é uma relação estática, posto que varia conforme a conjuntura econômica – isto é, conforme a capacidade de conciliar iniciativas voltadas ao crescimento e a distribuição de renda com uma elevada rentabilidade dos investimentos rentistas.

Desse modo, o conceito de hegemonia não se traduz em uma dependência direta da máquina estatal de uma fração de classe, sendo o Estado detentor de um grau de autonomia relativa que lhe assegura uma função ativa e determinante na organização da coesão do bloco de poder (POULANTZAS, 1980). Poulantzas utiliza, pois, o conceito de hegemonia de Gramsci e o aplica ao interior do bloco no poder, observando suas consequências para além dele, ou seja, na relação entre a fração de classe hegemônica, a sociedade civil e o Estado capitalista. Nessa relação, a proeminência material sobrepõe-se à supremacia ideológica – isto é, a capacidade de legitimar através das instituições políticas, jurídicas e científicas que disseminam os valores e interesses das elites hegemônicas, neutralizando seu conteúdo particular e os apresentando como elementos compartilhados pelos distintos grupos da sociedade.

No que se refere ao sistema internacional, a lente neogramsciana é particularmente útil para ressaltar as conexões entre o nível societário, estatal e internacional, uma vez que o conceito de hegemonia nos auxilia a atentar para a articulação entre ideias (ciência, academia), as forças materiais (economia) e as instituições (política) (COX, 2007, p. 141).

Conforme esse entendimento, compreende-se a hegemonia das frações de classe rentistas no Brasil como parte de uma dinâmica global, na qual o mercado financeiro tornou-se o *locus* preferencial da acumulação capitalista, em detrimento das dinâmicas produtivas (ROBINSON, 1998). Isso porque o fenômeno aqui analisado enraíza-se em um contexto global de transformação do modo de produção capitalista, que se caracteriza pela emergência do sistema financeiro como dimensão central do capitalismo em detrimento das atividades propriamente produtivas. Essa transformação tem como condição de existência uma alteração nas relações entre os atores que constituem o sistema, associada à redução das barreiras às atividades financeiras e à ação das elites que as controlam (HARVEY, 2008). Como parte central de nossa hipótese, as elites rentistas correspondem à fração de classe hegemônica da nova fase do capitalismo global, inaugurada com a dissolução da era Bretton Woods e as transformações que ensejaram a financeirização do capitalismo.

Tais elites são vulgarmente entendidas como uma oligarquia que obtém a maioria de seus proventos através de ativos financeiros, em vez de trabalhar ou de possuir ativos produtivos (PATNAIK, 2003; CROTTP & EPSTEIN, 1996; STIGLITZ, 2002). De modo mais preciso, essa fração de classe, que é o objeto central desta pesquisa, pode ser definidas como aquela cuja base material são rendas (*rentier income*) que consistem em rendimentos provenientes da atividade do mercado financeiro e da propriedade de ativos financeiros em vez da atividade no setor "real" ou da detenção de ativos "reais", tais como bens imobiliários ou de capital (KALECKI, 1990; EPSTEIN & POWER, 2003).

Em "*Limits to Capital*" (2006), David Harvey nos alerta que, na atual configuração do sistema capitalista, os empreendimentos produtivos tornam-se crescentemente articulados ao pagamento de rendas (*rentier incomes*), sejam elas provenientes da exploração de recursos naturais, da criação de monopólios, da existência de diferenciais de produtividade, ou

das mais diferentes formas de rent-seeking (HARVEY, 2006). Essa observação é corroborada empiricamente pela pesquisa de Epstein e Power (2003). Segundo os autores, nas décadas de 1980 e 1990, teria havido um aumento considerável no montante de capital transacionado sob a forma de renda, quando comparadas com as décadas anteriores (1960-1970). Não obstante – conforme demonstrado através de dados relativos aos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – nesse período, também houve crescimento no montante arrebatado pela dimensão produtiva do capitalismo, isto é, nos recursos mobilizados em atividades não financeiras, embora esse incremento tenha sido muito menor do que aquele alcançado pelo setor financeiro. No entanto, se as elites produtivas conseguiram manter sua capacidade de reprodução e taxas de lucros, o mesmo não pode ser dito dos trabalhadores, uma vez que a pesquisa demonstra uma compressão geral no montante destinado à remuneração dos assalariados (EPSTEIN & POWER, 2003).

A elevação no montante de recursos transacionados sob a forma de rendas (*rentier incomes*) acompanhou os ciclos de crescimento e expansão da economia desde as origens do capitalismo. Porém, a partir da década de 1970, observa-se um escalonamento nesse processo, que deve ser entendido como um fenômeno complexo, com causas múltiplas e idiossincráticas. Desse modo, mais do que buscar resgatar essa teia de relações causais, nos interessa observá-la sob uma perspectiva dialética que contemple a correlação entre as mudanças na estrutura material do sistema e em sua superestrutura política, jurídica e científica, assim compreendida pela aplicação das perspectivas gramsciana e poulantziana. Desse entendimento, resulta nosso interesse pela dinâmica de esfacelamento do sistema de *Bretton Woods* e do consenso keynesiano que caracteriza o pós 2^a-Guerra Mundial, na qual se inicia a construção da hegemonia da fração rentista sobre os demais segmentos da burguesia.

Enquanto vigorou esse sistema, o capitalismo viveu sua *era de ouro*, observando-se um crescimento constante da economia mundial associado ao aumento dos salários, da produtividade e do comércio internacional (NAYYAR, 2006, p. 153). Tal crescimento, por sua vez, está associado a um consenso em torno de uma abordagem econômica heterodoxa que enfatiza o uso contracíclico da máquina estatal para fins de estímulo aos setores produtivos (trabalhadores e empresariado). Nesse contexto, as políticas fiscal e monetária foram utilizadas como instrumentos preferenciais de inúmeros projetos nacionais de crescimento e redistribuição de renda, não apenas nos países europeus, mas por todo mundo (BITTENCOURT, 2003).

Assim, é possível inferir que a financeirização (transição entre a era de ouro do capitalismo – no que diz respeito aos seus setores produtivos, estruturada em *Bretton Woods* (1944) – e a era da financeirização) não representa o ocaso das atividades produtivas, mas uma mudança no locus preferencial de acumulação de capital que se transfere da dimensão produtiva para a financeira. Ademais, quando comparadas à era da financeirização (1990 – 2005) e à era dourada do capitalismo (entre 1940 e 1970), uma evidência interessante se sobressai: o decréscimo nos indicadores de crescimento e o aumento da desigualdade (NAYYAR, 2006). Como já havia sido alertado por Marx (1983), a financeirização do capitalismo acelera o processo de acumulação que o caracteriza.

Essa mudança, sob um prisma neogramsciano (COX, 2007), pode ser entendida como a emergência de um novo bloco histórico, posto que essas transformações observadas na estrutura material do sistema são acompanhadas de alterações, no plano da superestrutura, que se referem à emergência de uma nova fração de classe hegemônica (rentistas), cujos valores – distintos daqueles que caracterizavam o antigo hegemom (o empresariado, ou frações de classe não rentistas) – passam a ser disseminados como universais por um novo arcabouço institucional. É nessa

chave que podemos ler a decadência das instituições de *Bretton Woods* e do consenso keynesiano que estruturavam a era de ouro do capitalismo (COX, 2007).

Utilizando essas definições como parâmetro, nosso objetivo será mensurar a capacidade de influência desses atores no sistema político brasileiro, observando seu papel no desmoronamento da coalizão de forças que sustentou o governo petista. Não obstante, é importante ressaltar que a emergência desse novo bloco histórico marcado pela hegemonia das frações rentistas sobre as produtivas não se traduz necessariamente em uma relação de sobreposição de um ator sobre outro, mas de uma dinâmica de acumulação sobre outra.

Como será argumentado na terceira parte deste artigo, as mesmas elites econômicas, outrora engajada em atividades produtivas, passam a transferir parte de seus atores para os setores financeiros. Desse modo, a separação entre tais frações decorre de uma pretensão analítica, voltada aos propósitos da pesquisa aqui apresentada, que dizem respeito à observação das alterações da composição de forças que sustentou o governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Nossa hipótese, por conseguinte, observa – nas opções macroeconômicas adotadas ao longo do mandato de Dilma Rousseff – uma variável explicativa para a crise política que se deflagra em seguida. Isso porque, ao priorizar processos produtivos de acumulação, diminuindo os incentivos aos ganhos financeiros a partir de um processo de redução dos juros, o governo teria ensejado o descontentamento não apenas de atores identificados com o sistema financeiro, mas, também, de uma burguesia industrial progressivamente financeirizada.

Boom and Boost: os ciclos de escassez e abundância e seus impactos na periferia do capital.

A era de ouro da globalização, ou financeirização do capitalismo, foi introduzida por um ideário que apresentava a liberalização dos fluxos de capital como única alternativa para a garantia do crescimento e da estabilidade (NAYYAR, 2006). Esse novo consenso, de natureza ortodoxa, popularizou-se ao longo dos governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, consolidando a hegemonia das classes rentistas a partir da sua disseminação no ambiente acadêmico e societário. Nesse período, como vimos, observa-se uma aceleração do processo de internacionalização do sistema financeiro e de seus principais segmentos: câmbio, empréstimo bancário, investimento financeiro e títulos da dívida, que tornar-se-iam, em poucos anos, o ambiente preferencial para a acumulação capitalista (DE SOUZA BRAGA, 2016).

Contrariando a promessa de estabilidade que a inaugura, a era da financeirização aumentou o número e a gravidade dessas convulsões (*boom and bust cycles*). Como destaca Bastos (2015), na época de prevalência do consenso keynesiano e da regulação do sistema Bretton Woods, não houve crises financeiras significativas, sendo que – entre os anos de 1970 e fim da década de 1980 – a proporção de países em crise esteve entre 5% e 10%; já em meados da década de 1990, esse valor passou para 20% e 35%, em 2009.

Durante essas convulsões, nos países periféricos, houve uma redução considerável nos recursos auferidos pelas classes produtivas (trabalhadores e empresariado). As classes rentistas, todavia, tiveram seus proventos garantidos pela ação do *Fundo Monetário Internacional* e o *Banco Mundial*, que se transformam em operadores institucionais essenciais na legitimação e na consolidação da hegemonia das classes rentistas (BUKHARIN, 1974). Não obstante, a despeito de sua dimensão estrutural e prefiguradora do próprio sistema internacional, a maior vulnerabilidade e o

caráter dependente das economias periféricas não são atributos estáticos, posto que respondem às oscilações inerentes aos ciclos de contração e expansão das economias globais (CAMPELLO, 2014). Essas oscilações, por sua vez, foram agravadas pelas transformações ao longo do processo de liberalização econômica e financeira que caracteriza as décadas finais do século XX (FRENCH-DAVIS, 1999). Tal processo, portanto, torna esse conjunto de países ainda mais expostos aos ciclos de crescimento e crise (*boom and bust*), característicos do sistema capitalista e mais frequentes em sua fase financeira, haja vista a volatilidade deste tipo de capital (BRESSER-PEREIRA, 2010).

As consequências dessa maior exposição adquirem um novo patamar quando se considera a estrutura produtiva dos países latino-americanos, historicamente dependente da exportação de *commodities*. Uma característica central desses bens é que se definem por terem seus preços estabelecidos através de dinâmicas globais de mercado, o que aumenta a vulnerabilidade de seus produtores à conjuntura internacional e à ação das frações rentistas da classe hegemônica. Isso porque o mercado de ativos correspondente a este tipo de mercadoria é mais volátil do que os tradicionais, pois “a determinação dos preços das *commodities* sob a influência dos mercados de derivativos sofre a influência de três variáveis cruciais: das expectativas quanto ao preço futuro, da taxa de juros corrente e do nível de estoques” (CARNEIRO, 2012, p. 26).

Esses fatores são inerentes às características desse setor produtivo, como esclarece Carneiro (2012) na passagem abaixo, que comenta o ciclo expansivo engendrado na primeira década do século XXI, relacionando a determinação dos preços das *commodities* à dos demais ativos financeiros. Em suas palavras, tal ciclo:

também esteve influenciado pela sua financeirização, caracterizada pela transformação das *commodities* numa classe de ativo financeiro, cujo preço é determinado simultânea e sucessivamente pelos fundamentos e pela especulação nos

mercados futuros. Essa financeirização certamente potencializou os impulsos à elevação de preços oriunda do plano estrutural, exacerbando a trajetória altista, ampliando também sua volatilidade e correlação. (*Idem*, p.44)

Nos países da América Latina, os ciclos de abundância e escassez de moeda estrangeira são particularmente articulados às oscilações nos preços das *commodities* e às taxas de juros estabelecidas pelos mercados centrais, tendo em vista a estrutura deficitária dos balanços de pagamento e a baixa poupança interna que caracterizam as economias periféricas e as situam em uma posição de particular vulnerabilidade¹ (FURTADO, 1961; BRESSER-PEREIRA, 2012; MARINI, 2000).

Seguindo as conclusões da pesquisa realizada por Daniela Campello (2015), o impacto das flutuações no valor das *commodities* tem consequências econômicas, mas também políticas, estando diretamente relacionado com o maior ou menor grau de autonomia relativa do sistema político face aos interesses do mercado – isto é, das frações hegemônicas da elite. Nessa medida, os efeitos da volatilidade dizem respeito aos seus impactos sobre a expectativa de investimento e de crescimento em longo prazo (CARNEIRO, 2012), o que propicia uma atmosfera de instabilidade sobre a capacidade de arrecadação do governo e, por conseguinte, sobre a capacidade de arcar com os repasses à sociedade (gastos públicos) sem comprometer o montante destinado à remuneração das aplicações financeiras e à rolagem das dívidas públicas.

Desse modo, quando ocorre uma alta de preços das *commodities* (*boom cycle*), as fortes receitas de exportação diminuem a demanda dos governos por moeda estrangeira para cumprir as obrigações financeiras

¹ Contraposições a essa fragilidade pode ser notada em distintas correntes teóricas. Bresser-Pereira (2012), por exemplo, entusiasta do “novo-desenvolvimentismo”, coloca a taxa de câmbio como um problema central na concepção de políticas rumo ao desenvolvimento produtivo, uma vez que a sobreapreciação cambial configura-se enquanto característica cíclica e estrutural inerente à doença holandesa¹, sendo a alta taxa de juros uma das variáveis fundamentais na manutenção desse modelo de arrefecimento às indústrias dos países em desenvolvimento.

externas, ao mesmo tempo em que a aceleração do crescimento econômico melhora os índices de risco/retorno dos investimentos, tornando essas economias mais atrativas para as classes financeiras externas e internas. As baixas taxas de juros internacionais impulsionam esse processo, tornando os credores mais propensos ao risco e dispostos a desviar o capital dos mercados de países desenvolvidos para países emergentes.

Em momentos de escassez (*boost cycles*), por outro lado, as baixas receitas auferidas com a exportação de *commodities* reduzem a oferta de moeda estrangeira, ao mesmo tempo em que o crescimento econômico mais lento reduz a atratividade dessas economias. Da necessidade de compensar essa redução no fluxo de moeda conversível decorre uma predisposição para um aumento nas taxas de juros, deprimindo ainda mais os fluxos de oferta e demanda de bens e serviços internos.

No âmbito político, por sua vez, nos períodos em que os preços das *commodities* estão depreciados, as baixas receitas de exportação diminuem a quantidade de moeda forte disponível na economia doméstica e limitam os orçamentos dos governos. Isso pode ocorrer de maneira direta – quando empresas estatais controlam as exportações de *commodities* – ou indireta, por meio de receitas fiscais – quando o setor de *commodities* está nas mãos de empresas privadas – (CAMPELLO, 2015). Em caso de escassez, cabe aos governos aumentar a entrada de divisas atraindo capital financeiro, sobretudo por meio da venda de títulos da dívida. Para isso, a estratégia usual é a elevação das taxas de juro que as remuneram. Não obstante, a essa taxa é acrescida a perspectiva de risco, que aumenta conforme a deterioração dos indicadores econômicos do país em questão: quanto pior a condição econômica e política do governo, mais vulnerável ele se encontra a ataques especulativos.

Por outro lado, em momentos de preços de *commodities* excepcionalmente altos, as exportações abundantes levam ao crescimento

econômico, ao incremento das receitas públicas e à maior entrada de dólares. Isso diminui a dependência das elites políticas no governo com relação às elites financeiras, uma vez que o setor produtivo se torna capaz de atrair recursos suficientes para manter o balanço de pagamentos minimamente equilibrado².

Levando em conta a supracitada correlação entre o mercado de commodities e os demais setores do sistema financeiro, em períodos de bonança, a rentabilidade dos investidores se encontra relativamente assegurada em relação a eventuais sobrevoos políticos. Por este motivo, as elites financeiras se veem menos interessadas em orientar seus esforços (e recursos) para exercer pressões sobre o sistema político; que, por conseguinte, gozam – durante esse período – de maior autonomia para perseguir projetos menos convergentes aos interesses do mercado. Ou seja: as elites políticas que governam nesses momentos têm espaço mais amplo para avançar uma agenda de desenvolvimento e distribuição de renda³. Esse foi o cenário que permitiu a persecução de uma série de iniciativas dessa natureza ao longo da primeira década do século XXI – não apenas no Brasil, mas também em outros países da América do Sul.

Dessa forma, a despeito de seu posicionamento ideológico original, os presidentes de esquerda que assumem o poder durante as crises cambiais frequentemente renunciaram ao seu programa inicial em favor de políticas destinadas a restaurar a confiança do mercado. Essa mudança ideológica

² Cabe salientar, novamente, a natureza analítica desta separação entre elites seja no tocante às frações da elite hegemônica (produtiva e financeira), seja entre esta e a elite política, uma vez que, no plano empírico os mesmos atores se alternam em diferentes posições.

³ É possível, portanto, conceber as políticas monetária e fiscal como elementos centrais na diferenciação entre governos de esquerda e direita, enquanto corolários da maior ou menor convergência com os interesses do mercado, ou, em outros termos, a maior ou menor autonomia do sistema político face a eles. Nessa chave, a esquerda se caracterizaria por estratégias mais expansivas voltadas à garantia do emprego e da justiça social. A direita, por sua vez, se definiria pela ênfase na rentabilidade do capital, implementando, para tanto, políticas fiscais e monetárias de cunho restritivo.

gerada pela insegurança do mercado leva a *policy switches*⁴ (CAMPELLO, 2015; STOKES, 1999; STOKES, 2001). Nas palavras de Campello (2015):

Ultimately, the model evidences why increased capital mobility associated with financial globalization should foster ideological convergence by pushing the Left rightward, toward investors' preferred economic policies. (CAMPELLO, 2015, p.27)

Tais elementos também nos ajudam a compreender as *policy switches* observadas ao longo da década de 1980 e 1990, quando, em um contexto de escassez de moeda (*currency crisis*), lideranças associadas ao imaginário da esquerda na América Latina implementaram uma agenda pró-mercado, contrariando suas trajetórias políticas e as expectativas dos cidadãos que os elegeram. No entanto, no longo prazo, a disciplina de mercado pode ter efeitos dessemelhantes para os partidos de esquerda, dependendo do grau de integração financeira de um país e da exposição aos ciclos de abundância e escassez de moeda (*boom and boost cycles*). Isso significa que uma maior vulnerabilidade diz respeito a variáveis endógenas (estrutura produtiva e credibilidade da economia nacional) e exógenas (disponibilidade de capital e variações nos preços das commodities).

Sendo assim, a consolidação de governos de esquerda na região estaria associada a um contexto internacional de elevação nos preços das matérias primas, ao passo que a reversão desses processos, mediante a interrupção dos projetos políticos levados a cabo por tais elites, estaria correlacionada com uma conjuntura de retração nos preços das commodities. Nessa perspectiva, podemos oferecer um enquadramento sistêmico para a crise que levou ao esfacelamento da correlação de forças que sustentou o governo petista durante todo o ciclo de bonança; pois, se a abundância de divisas garantiu maior margem de manobra e maior tolerância por parte dos mercados em relação às políticas fiscais e monetárias de caráter expansivo adotadas por mais de uma década, o prenúncio de um período de escassez instaurou uma crise de confiança. Em

⁴ Sobre o tema, recomendamos: DRAKE, 1992; STOKES, 1999; STOKES, 2001.

virtude de uma afinidade histórica com as classes populares, duvidou-se da capacidade do PT de garantir, em uma conjuntura de escassez, a rentabilidade dos investimentos financeiros em detrimento das iniciativas voltadas ao crescimento econômico e à distribuição de renda.

O refluxo da Maré Rosa e a interrupção do governo do *Partido dos Trabalhadores*.

A ascensão do PT ao poder, em 2003, deu-se em um contexto regional caracterizado pela emergência do que ficou conhecido como Maré Rosa⁵ – período a partir dos anos finais da década de 1990 identificado pela emergência de novas correlações de forças que, a despeito de suas inúmeras idiossincrasias, ficariam caracterizadas pela persecução de políticas de crescimento econômico e de distribuição de renda. Essa transição, portanto, diz respeito não apenas à ascensão de uma nova elite política, mas, sobretudo, à representação prioritária dos interesses de uma parcela da população, as classes populares, junto a outra, as elites econômicas. Em outros termos, da prioridade da justiça social sobre a rentabilidade dos investimentos, em uma aliança focada no desenvolvimento de capital-trabalho.

Nesse período, o posicionamento das lideranças políticas face às frações hegemônicas da elite se constituiu de formas distintas. Segundo o argumento esboçado na seção anterior, tal variação ocorreu conforme a maior ou menor autonomia relativa de cada sistema político face às pressões do mercado, isto é, da capacidade de manter a rentabilidade dos ativos

⁵ O termo “Maré Rosa” é apresentado para caracterizar a ascensão de partidos ou coalizões progressistas na região, a partir dos anos finais do século passado (NASCIMENTO JÚNIOR, 2017). Por “progressistas”, entende-se, segundo a terminologia de Toledo & Braga (2016): “governos que se propõem a atender as reivindicações populares, com o objetivo de amenizar as desigualdades sociais, ampliar o acesso aos serviços básicos como educação e saúde, aumentar a renda das classes trabalhadoras, sob o regime democrático”. No entanto, a redução do crescimento desses países, motivada, dentre outros fatores, pela queda no preço das *commodities*, bem como o insucesso de tais lideranças para conquistar a fidelidade de suas bases sociais, desencadeou o refluxo dessa Maré (SILVA, 2015).

financeiros e a entrada de moeda conversível no país através de exportações ou de investimentos diretos.

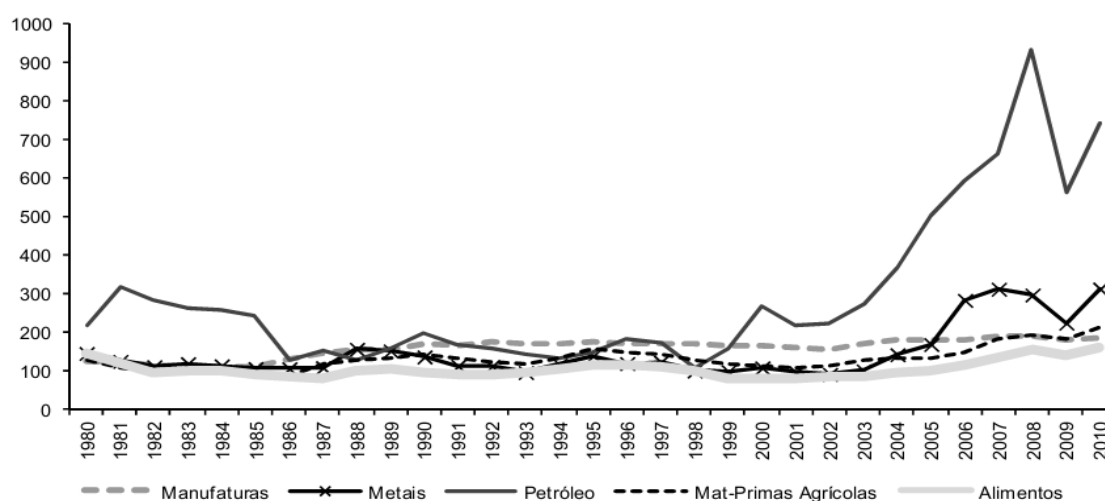
No que diz respeito ao Brasil, em virtude da complexidade de nossa estrutura econômica, essa autonomia – embora aumentada em conjunturas de bonança – observa limitações mais proeminentes quando comparada a de países como Equador e Venezuela. Nesses casos, em virtude da concentração quase exclusiva das atividades produtivas na exportação de *commodities*, houve um aumento considerável no fluxo de capitais durante todo o período em que os preços desses produtos (e dos demais ativos financeiros a eles atrelados) estiveram em alta. Como argumenta Campello (2015), isso garantiria um maior grau de autonomia relativa das elites políticas face aos interesses dos mercados em ciclos expansivos (*boom cycles*). Não obstante, como salientado pela própria autora, o caso brasileiro não permite o mesmo grau de autonomia.

These numbers offer a measure of the exposure of the Brazilian economy to foreign finance. In the Brazilian conditions – relatively lower exposure to commodity price variation and higher exposure to foreign finance – it is harder for the government to afford a sudden loss of market credibility, even during a boom. Contrary to Venezuela and Ecuador, such loss has implications that go beyond governments' accounts, raising additional pressures from the domestic business community for “compliance.” (*Idem*, p. 115)

Por este motivo, diferentemente de outros líderes da região, Luís Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência comprometido em não contrariar os interesses dos setores empresariais, financeiros e rentistas, conferindo aos seus representantes acesso preferencial aos processos de tomada de decisão realizados no governo. Esse padrão de conciliação, que ilustra a complexa correlação de interesses presentes em tal projeto, manteve-se durante todos os governos petistas (TEIXEIRA & PINTO, 2012). Seguindo essa orientação, o presidente adotou uma agenda econômica ortodoxa em resposta à crise de confiança de 2002, em concordância com as pressões

dirigidas a partir dos mercados (MACHADO, 2009). Entretanto, em virtude da elevação das taxas de rentabilidade dos investimentos durante o ciclo de expansão experimentado pela economia a partir de 2004 (conforme **gráfico 1**), observou-se um aumento (ainda que lento e precário) nas margens de autonomia das elites políticas face às pressões do mercado. Isso permitiu que a elite governante adotasse algumas políticas de estímulo ao consumo e combate à pobreza.

Gráfico 1 - Evolução dos Preços Nominais de *Commodities*



Fontes: Pfaffenzeller, 2007; World Bank Commodity Price Data; IMF Primary Commodity Price Tables, U.S. Energy Information Administration (EIA).

Elaboração: CARNEIRO, 2012.

Não obstante, ainda que os governos de Luís Inácio Lula da Silva tenham logrado o aumento das práticas distributivas e da intervenção estatal, foi durante o governo Dilma Rousseff que as margens de autonomia relativa do sistema político foram efetivamente alargadas em favor de um projeto de governo que priorizasse as classes produtivas.

Sendo assim, como realça André Singer (2015), Dilma Rousseff apostou nos canais de coordenação junto ao setor produtivo, não apenas como estratégia para promover o desenvolvimento econômico do país mas, também, para deslocar as bases de apoio ao governo, diminuindo sua

dependência às elites financeiras. Em favor desse argumento, é possível reconhecer, no primeiro governo Dilma, um esforço de reduzir as limitações que engessaram os avanços sociais e econômicos durante as administrações de Lula. Estes, de modo geral, limitaram-se a iniciativas de inclusão via consumo, conciliadas com a manutenção da ortodoxia macroeconômica, sustentada no tripé formado pelo superávit primário, câmbio flutuante e reduzidas metas de inflação (BRESSER-PEREIRA, 2013).

Tais esforços, abarcados no que o então ministro da Fazenda, Guido Mantega, denominou de “nova matriz econômica⁶”, caracterizam o início do governo Rousseff e foram viabilizados por altas taxas de crescimento econômico e popularidade, garantidos por um índice de desemprego de 4,3% (o menor da história recente) e por uma valorização real do salário mínimo de 72%, entre 2002 e 2014 (SINGER, 2015). Juntas, essas iniciativas podem ser vistas como movimentos de contestação, ainda que moderadas, da supremacia do capital financeiro em favor da economia real e seus protagonistas: no caso, o empresariado e as classes populares.

Nesse tocante, destaca-se o papel da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), sendo esta protagonista na organização do setor industrial brasileiro, participando ativamente na coordenação da nova fase da Política de Desenvolvimento Produtivo⁷, PDP (BOSCHI, 2012).

⁶ A “nova matriz macroeconômica”, instituída por Guido Mantega, teve um de seus principais objetivos relativizar cada braço do tripé macroeconômica, enfocando uma abrupta queda na taxa básica de juros (SELIC).
Ver: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mantega-indica-novo-modelo-economico-imp-,896017>. Acesso em: 17/06/2017.

⁷ A PDP surge em continuidade da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), e implementada em maio de 2007, com vistas a ampliar o estímulo à inovação tecnológica, investimentos e exportações das indústrias brasileiras. Em maio de 2011, quando a CNI foi escolhida pelo governo para coordenar a PDP, seu presidente, Robson Andrade, declarou a necessidade de reajuste cambial e tributário, e realçou, também, as assimetrias das indústrias brasileiras.
Ver: <https://oglobo.globo.com/economia/presidente-da-cni-critica-pesada-carga-tributaria-do-brasil-470887>. Acesso em: 17/06/2017.

Inúmeros foram os indícios de que era promissora a aliança entre as elites políticas e econômicas – pelo menos no tocante aos setores produtivos nacionais. Em abril de 2012, o presidente da entidade, Robson Andrade, apesar de exigir a diminuição da carga tributária brasileira, reconheceu os avanços instaurados por Dilma Rousseff, conclamando o empresariado nacional a apoiar a presidenta em sua cruzada contra as taxas de juros abusivas, tendo em vista possíveis retaliações por parte das elites financeiras, conforme realça o trecho de sua fala, na noite da entrega da Medalha da Inconfidência, em Ouro Preto⁸:

É uma demonstração positiva ao desonerar setores da indústria, reduzir encargos trabalhistas, ampliar o crédito e estimular as exportações. Ainda não é o suficiente, mas devemos reconhecer o primeiro passo; sobretudo *devemos apoiar a presidente em sua guerra aberta contra os juros elevados e os absurdos spreads cobrados pelo sistema financeiro*” (grifo dos autores).

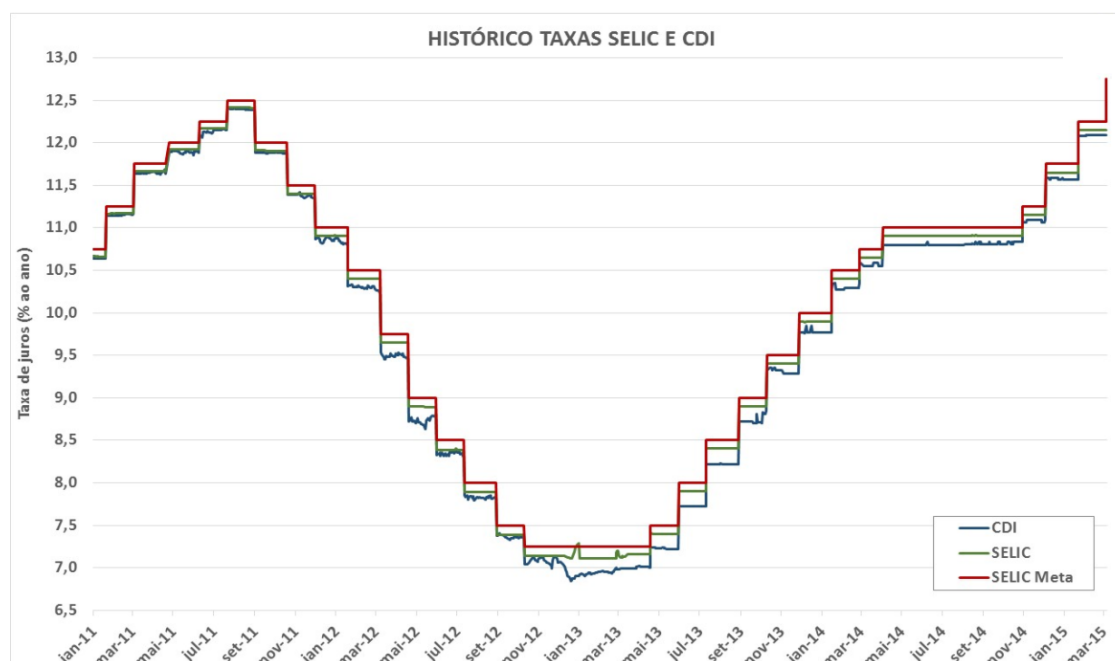
Em agosto de 2011, as implicações da crise de 2008 começaram a prejudicar a economia mundial, ameaçando o prosseguimento desse projeto. A especulação de que países europeus – como a Itália e a França – não honrariam suas dívidas implicou em uma desestabilização nas principais bolsas de valores do mundo. A *Dow Jones*, em Nova York, caiu 4,31%, a maior recessão desde dezembro de 2008. Entretanto, apesar das instabilidades econômicas constatadas nos Estados Unidos, seus títulos proporcionavam baixos riscos, o que acarretou na fuga maciça de capitais para o país. Somado a isso, a diminuição do crescimento chinês abalou as exportações brasileiras de commodities, o que exigiu novas medidas econômicas do governo petista a fim de estimular a economia e manter estáveis os índices de emprego.

⁸ Ver: <https://oglobo.globo.com/economia/presidente-da-cni-critica-pesada-carga-tributaria-do-brasil-470887>. Acesso em: 17/06/2017.

Outras medidas levadas a cabo nesse período também podem ser consideradas sob a perspectiva de um afastamento com relação às parcelas da elite nacional associadas ao capital financeiro, cujos interesses materiais se contrapõem àqueles atrelados ao crescimento da economia real, haja vista uma disputa pelos recursos disponíveis para investimento. Dentre elas, podemos citar: a desoneração da folha de pagamentos do setor industrial; a elevação do IOF; a redução do IPI de produtos específicos; a atuação do Banco Central no mercado aberto de câmbio; e, principalmente, a redução da taxa de juros (GODOY & GURGEL, 2014).

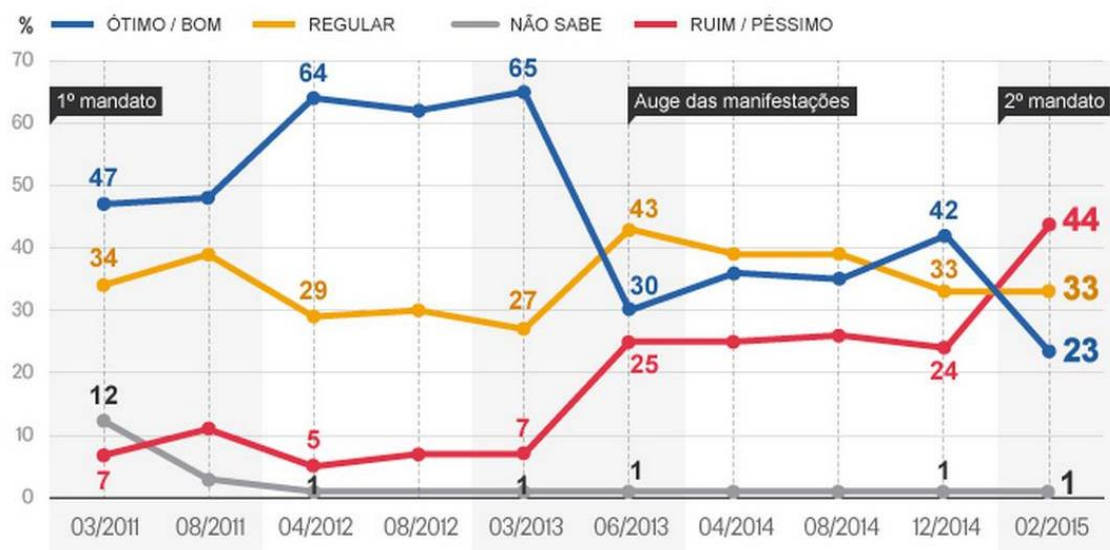
Conforme observado nos **gráficos 2 e 3**, os primeiros anos do governo Dilma se caracterizam por um considerável processo de redução das taxas de juros, interrompido em julho de 2013. Esse processo é concomitante com uma inflexão nas taxas de popularidade da presidenta, até então ascendentes. Essas evidências, embora não atestem uma relação de causalidade, são um indício acerca da pertinência de nossa hipótese de trabalho que observa na hegemonia das frações financeiras da elite e de sua capacidade de mobilizar apoio através de diferentes aparelhos de reprodução ideológica – uma variável explicativa para a compreensão da crise política instaurada a partir de então.

Gráfico 2 - Histórico Taxas SELIC e CDI (% ao ano)



Fonte e Elaboração: Banco Central

Gráfico 3 - Avaliação do Governo Dilma



Fonte: Datafolha

Ademais, levando em conta as singularidades da economia brasileira, em que o montante despendido para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública representa 42% do gasto federal, o estabelecimento da taxa Selic⁹ adquire precedência sobre as demais decisões macroeconômicas do governo. É nesse tipo de mecanismo de multiplicação automática da dívida¹⁰ – e, por conseguinte, do volume de divisas oferecido aos investidores financeiros –, que reside a origem do nosso déficit público, injustamente associado a um suposto excesso de gastos por parte do Estado brasileiro¹¹. Diante desses dados, é preciso reconhecer na política monetária e fiscal adotada entre 2011 e 2013 uma tentativa inédita na história da Nova República de reverter a primazia das elites financeiras sobre as demais classes econômicas brasileiras.

De acordo com Mantega, tal política operaria uma “mudança estrutural e fundamental” na economia do país, “normalizando” o custo do crédito no Brasil – que deixaria de ter as taxas de juros mais elevadas do mundo e passaria a se situar em níveis compatíveis com a média dos países desenvolvidos (SINGER, 2015). Com esse propósito, entre agosto de 2011 e abril de 2013, as taxas foram reduzidas de 12,5% para 7,25% ao ano; o que em um contexto de inflação acumulada em 6,59% significaria juros reais a menos de 1% ao ano. Ademais, a redução na SELIC veio acompanhada de

⁹ Este indicador, estabelecido pelo Banco Central (BACEN), determina a taxa de financiamento no mercado interbancário para operações de um dia, que possuem lastro em títulos públicos federais, títulos estes que são listados e negociados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). No caso dos juros cobrados aos cidadãos e empresas pelas instituições financeiras, a correlação com a Selic se dá em virtude da determinação de que o BACEN recolha todo o excesso de moeda que os bancos têm em caixa, substituindo-o por títulos da dívida interna, cuja remuneração é maior do que quaisquer outros investimentos (FATORELLI, 2015).

¹⁰ Dentre outros mecanismos de origem supra-legal, cabe ressaltar o pagamento de juros por meio da emissão de novos títulos, em detrimento de normativa constitucional (art.167 da CFB) que proíbe este tipo de operação (FATORELLI, 2015, p. 7).

¹¹ A improcedência desta argumentação é demonstrada pela comparação do montante do Orçamento Geral da União (OGU) destinado à remuneração do capital financeiro através do pagamento de juros, em relação ao qual os demais gastos revelam-se irrisórios. Se tomarmos como parâmetro o ano de 2014, por exemplo, observamos que foram despendidos R\$ 978 bilhões (45,11% do OGU) para juros e amortizações da dívida, enquanto que os gastos com saúde, educação e assistência social somados representaram 10.53% do OGU (3.98%, 3.47% e 3.08, respectivamente).

uma estratégia, capitaneada pelo Banco Central (BACEN) para pressionar os bancos privados a reduzirem os *spreads* (idem).

Ao se afastar da égide das classes financeiras em prol de outras frações da burguesia e das classes populares, o governo depositou suas fichas na suposição de que contaria com o apoio desses setores caso os segmentos descontentes se voltassem contra seu governo.

Não foi o que aconteceu. Em dezembro de 2015, duas das mais importantes entidades empresariais do Brasil, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), divulgaram uma nota conjunta em apoio ao afastamento de Dilma Rousseff. De acordo com o comunicado, 91,9% do empresariado local se manifestou em favor da ruptura em levantamento realizado pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp e do Ciesp (Depecon).

Em particular, as lideranças petistas apostaram no setor industrial, acreditando que, a partir dos estímulos concedidos pelo Estado, ele poderia se tornar motor do desenvolvimento brasileiro capitaneado pelo governo, apoiando-o quando fosse necessário. Essa pressuposição se lastreava não apenas nas medidas acima citadas, mas também no fato de que as principais figuras do empresariado brasileiro foram contempladas com contratos generosos com as estatais, em especial a Petrobrás, além do acesso privilegiado a crédito junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e de uma série de outras benesses menos louváveis, posteriormente denunciadas pelos escândalos de corrupção¹².

¹² Como destaca Oliveira (2016), o BNDES adquiriu, na primeira década do século XXI, um tamanho sem precedentes. O Banco chegou em 2013 com sua carteira de desembolsos totalizando mais de US\$ 79 bilhões, ultrapassando todo o desembolso do Banco Interamericano de Desenvolvimento (US\$ 6,9 bilhões) e do Banco Mundial (US\$ 19,8 bilhões), no ano de 2012. A maior parte desses desembolsos, contudo, foi direcionada para um pequeno número de grandes empresas brasileiras, como a Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Vale, dentre outras (OLIVEIRA, 2016).

A despeito desses incentivos e confirmando nossa hipótese inicial acerca da precedência dos interesses financeiros sobre os produtivos, a burguesia empresarial começa a se afastar do governo motivada, dentre diversos fatores, pelas sucessivas ameaças de rebaixamento nos índices de confiança por parte das agências de *rating* e de analistas de mercado (SINGER, 2015). Neste tocante, cabe ressaltar o importante papel realizado por tais entidades ao longo da crise, demonstrando a influência das elites rentistas (e de seus operadores) sobre o sistema político brasileiro¹³.

Essa movimentação do empresariado realça o arranjo complexo que configura as estruturas e relações de tais instituições no sistema político e econômico brasileiros. Se, por um lado, as frações da burguesia produtiva se mobilizam e se organizam por meio de entidades associativas de classe de modo a pleitear e disseminar os seus intentos na sociedade política; por outro, as corporações financeiras – além de se mobilizarem de forma análoga – muitas vezes alicerçam suas atividades de forma a tangenciar e amalgamar sua performance e rentabilidade com a economia “real”. Desse modo, como demonstra Ary Minella (2006), as grandes instituições bancárias brasileiras, ainda que não sejam proprietárias diretas, possuem controle acionário ou relações de interesse em boa parte das grandes empresas não financeiras¹⁴. A forma multifacetada dos rendimentos empresariais também é aqui ilustrada na tabela abaixo, que ilustra as ramificações financeiras de algumas das maiores empresas brasileiras¹⁵.

¹³ Em setembro de 2015, a agência Standards & Poors retirou o selo de bom pagador do Brasil (operando outro rebaixamento em fevereiro do ano subsequente). Em dezembro de 2015 e fevereiro de 2016, a Fitch e a Moody's, respectivamente, rebaixaram a credibilidade de investimentos no Brasil. Em maio de 2016, a Fitch voltou a rebaixar a nota do país. Milagrosamente, após o impeachment as suspeitas sobre a solvência da economia brasileira foram substituídas por um súbito otimismo acerca da sua capacidade de recuperação, ainda que os fatores materiais responsáveis pela crise (a queda no preço das commodities e a desaceleração no crescimento chinês) não tenham sofrido qualquer alteração.

¹⁴ Dentre esses empreendimentos, o autor realça o surgimento da Bradespar, criada pelo Bradesco, em 2000, para administrar suas participações acionárias. Por meio dessa entidade, o banco manteve importantes participações acionárias em empresas como a Usiminas, Perdigão, Gerdau e outras, passando a ser, ao mesmo tempo, acionista e credor dessas e de outras empresas (MINELLA, 2006, p.19-20).

¹⁵ A tabela demonstra todas as empresas brasileiras que estão na lista das 1000 maiores em 2015, do Valor Econômico, e que também estão cadastradas no Sistema Financeiro Nacional, vinculado ao Banco Central.

Tabela 1 - Empresas produtivas cadastradas no Sistema Financeiro Nacional (2015)

CECM Empr. CEMIG	Cretovale (coop. de crédito mútuo dos funcionários da Vale)	CECM func. Emp. Melhoramentos	CECM func Elgin	Brookfield
CECM Empr. Samarco Mineração	CC Empr. Grupo Akzo Nobel Brasil	CECM func. Morlan	CECM Empr. Grupo Algar	CC Empr. Grupo Copersucar e CTC
Votorantim	Honda	BCO AJ Renner S.A	CECM Empr. Ind. Unilever	CECM e Laboratório B. Braun LTDA.
CECME Grupo Bayer LTDA	CCM Empr. Magazine Luiza	CECM Func. Villares Metals	CECM Emp Grupo SBF (Centauro, ByTennis e Almax Sports)	CCM Func. Editora Globo
Pernambucanas	CECM Func Ericsson	Furnas Eletrobrás	CECM Empr. Grupo Saint Gobain	CECM Serv. Cimento Tupi
BCO Cargill S.A	CECM Funcionários do grupo Avibrás	CECM Empr. Empresas Grupo Zema	CC Empr Emp Grupo M&G Brasil	CECM Funcionários Bombril
Volkswagen BCO	CECM func. do Grupo Lorenzetti	CECM Col Grupo Saint Gobain	CECM Empr Novelis do Brasil e Hindalco do Brasil	CECM Empr. Magnesita
CECM Empr. Elektro	BCO Toyota do Brasil S.A	CECM Func. grupo Gerdau - Pindamonhangaba	CECM trab. grupo Itatiaia	CECME Chocolates Garoto LTDA
CECMF Sanepar	CECM dos func. do Grupo Vonpar	CECM Empr. Rhodia	CCR Seara	CECM Empr. Confab
CECM Empr. Alcoa	BCO Tokyo Mitsubishi BM SA	CECM dos func. do Grupo Gerdau	CECMF Grupo Votorantim	
CECMF de prod Roche quim. farm	CECM Func. empr. Owens-Illinois	CECM func. Gerdau Mogi	CCM func. fáb. cimentos Votoran	
CECM Empr Vale Fertilizantes Uberab	CECM Empr. Alcatel-Lucent Brasil	CECM Empr. Grupo Saint Gobain Brasil	CECM Empresa Volkswagen Brasil (cooperativa de crédito)	

Fontes: Valor e Banco Central¹⁶

Legenda: BCO - Banco Comercial; CC - Cooperativa de Crédito; CCR - Cooperativa de Crédito Rural; CECM - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo

¹⁶ http://www.valor.com.br/valor1000/2015/ranking1000maiores?orderby=receita_desc e <https://www3.bcb.gov.br/informes/relatorios?lingua=pt>. Acesso em: 15/03/2017;

Sendo assim, conforme argumentação empreendida ao longo dessa seção, acreditamos que – na opção por uma política econômica voltada às atividades produtivas – reside uma importante variável para a compreensão do desmoronamento do pacto que o PT acreditou ter estabelecido junto às elites econômicas e políticas tradicionais. Isso porque a redução dos juros representou uma inédita confrontação à rentabilidade dos investimentos financeiros, dos quais dependiam não apenas os atores identificados com o sistema financeiro, mas, também, diferentes segmentos da burguesia industrial. Não obstante, a essa variável endógena, devem ser conciliadas outras duas de natureza sistêmica, abordadas nas demais seções do trabalho: a primeira concernente a alterações na estrutura global do capitalismo e a segunda, ao caráter vulnerável das economias periféricas, cuja autonomia relativa das elites políticas segue refém da capacidade de atender às demandas do mercado.

Considerações finais

De acordo com a hipótese apresentada neste artigo, a compreensão de um conjunto de variáveis de natureza endógena e exógena nos auxilia a entender a crise política brasileira, sobretudo quando realizada através de uma contextualização multidimensional que abrange os planos nacional, regional e global. Para demonstrá-la, na primeira parte do texto, apresentamos um panorama global marcado pela hegemonia das frações rentistas da elite econômica. Na segunda parte, por sua vez, a partir de uma literatura empiricamente orientada (CAMPELLO, 2015; CARNEIRO, 2012), delineamos um argumento que associa a conjuntura econômica regional à condição periférica dos países nela inseridos, no que diz respeito ao impacto político dos ciclos de abundância e escassez de moeda conversível. Convergindo ambos os planos, observamos como tais variáveis atuaram na ascensão e no refluxo de lideranças progressistas na América Latina, condicionando projetos de crescimento e distribuição voltados às

classes produtivas a períodos nos quais estas dinâmicas não representavam ameaças à rentabilidade dos investimentos financeiros.

Considerando-se, pois, a importância destes elementos na determinação dos graus de autonomia relativa do sistema político face aos interesses das classes hegemônicas, nosso propósito foi correlacioná-las aos fenômenos deflagrados no Brasil ao longo do governo do PT (2003-2016). Nesse tocante, observou-se, portanto, a atuação das seguintes variáveis:

- *Econômicas*: maior afluxo de moeda, principalmente em virtude da elevação das receitas de exportação de matérias primas (*commodities*) e da elevada liquidez internacional (no período que antecede a crise de 2008);

- *Políticas*: capacidade de perseguir uma agenda que contemplasse os interesses da economia real (empregados e empregadores) sem que esta fosse percebida como uma ameaça por parte das elites financeiras, permitindo a formação de uma coalizão de governo capaz de reunir elementos do empresariado brasileiro, das classes populares e das frações rentistas da elite econômica.

Não obstante, para compreendermos o esfacelamento dessa coalizão em um contexto no qual a maioria dos seus integrantes tinha seus interesses contemplados pelo então governo, foi necessário considerar dois fatores. O primeiro se refere ao próprio conceito de hegemonia, uma vez que diz respeito à capacidade das frações hegemônicas de universalizar seus valores e interesses, apresentando-os como sendo convergentes à vontade geral. O segundo diz respeito à dimensão sincrética que corporifica as fontes de acumulação do empresariado brasileiro, dado o caráter indissociável entre capital produtivo e financeiro. Por esse motivo, ainda que nossa hipótese esteja estruturada sob o pressuposto de que a derrocada do governo Dilma esteja associada à prevalência do capital financeiro sobre o produtivo, os atores sociais que atuam nessas duas esferas muitas vezes são os mesmos.

Sob essa perspectiva, a chave para a compreensão do esfacelamento da base aliada diz respeito à prevalência de uma lógica rentista sobre uma lógica produtiva de acumulação capitalista.

Sendo assim, resgatando esse conjunto de variáveis, acreditamos ser capazes de contribuir para a compreensão da aparentemente contraditória ruptura entre o empresariado nacional e uma elite política comprometida com seus interesses – em um contexto no qual, através de um processo de redução acelerada dos juros, disseminou-se a percepção de que as opções do governo ameaçavam a rentabilidade dos empreendimentos financeiros. Esse processo, concomitante à retração da demanda internacional aos produtos brasileiros, revelaram, portanto, o caráter hegemônico dessa lógica de acumulação, mas, também os modos de atuação do nosso empresariado. Como ressalta Carlos Lessa – ex-presidente do BNDES –, o empresariado brasileiro seria o maior beneficiário de um projeto desenvolvimentista; porém, em razão da sua inserção em atividades rentistas, acabam por comemorar, nos bastidores, a elevação das taxas de juros¹⁷.

¹⁷ Ver: <http://www.desenvolvimentistas.com.br/blog/blog/2011/05/10/plano-nacional-de-desenvolvimento-uma-conversa-carlos-lessa/>. Acesso em: 18/06/2017

Bibliografia

ABRANCHES, Sérgio H. H. de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, pp. 5-34, 1998.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil, in: *Texto para Discussão*. Campinas: IE/Unicamp, n. 257, 2015. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3410&tp=a>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

BITTENCOURT, Marco Aurélio. *Quatro Ensaios Sobre Interação Entre Política Fiscal e Monetária. Estudo de Caso Brasil: Pós-Plano Real*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de Brasília, Novembro de 2003.

BOSCHI, Renato. *Desenvolvimento, Pactos Políticos e Re-industrialização: desafios para o Brasil*. 9º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. *Estudos avançados*, v. 26, n. 75, p. 7-28, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O governo Dilma frente ao "tripé macroeconômico" e à direita liberal e dependente. *Novos estudos – CEBRAP*. São Paulo, n. 95 Mar. 2013. p. 5-14.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. *Texto para Discussão*, n. 274, 2010. p. 2-38.

BUKHARIN, N. *La economía política del rentista: crítica a la economía marginalista*. México: Editora Passado y Presente, 1974.

CAMPELLO, Daniela. The politics of financial booms and crises: Evidence from Latin America. *Comparative Political Studies*, n.47.2 (2014): 260-286

CAMPELLO, Daniela. *The Politics of Market Discipline in Latin America: Globalization and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre a América Latina, in: *Macroeconomía del desarrollo*. Santiago: CEPAL, 2012.

COX, Robert. *Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: um ensaio sobre o método*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. Pp. 101-123.

CROTTP, J. and EPSTEIN, G. In Defense of Capital Controls., In: *Socialist Register* 118–49. New York: Monthly Review Press (Leo Panitch, Editor), 1996.

DE SOUZA BRAGA, José Carlos. A financeirização da riqueza: a macro estrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. *Economia e sociedade*, v. 2, n. 1, p. 25-57, 2016.

DRAKE, P. Comment, in: DORNBUSCH, R. and EDWARDS, S. (org.) *The Macroeconomics of Populism in Latin America*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1992. pp. 35–40.

EPSTEIN, G; POWER, D. 2003. *Rentier Incomes in OECD Countries: An Empirical Examination of Trends and Cycles in some OECD Countries*. University of Massachusetts, PERI, 2003.

FRENCH-DAVIS, Ricardo. *Macroeconomía, comercio y finanzas para reformar las reformas en América Latina*. Chile: McGraw-Hill, Cepal, 1999.

FURTADO, C. (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. Nova edição: Centro Internacional Celso Furtado/Contraponto, 2009.

GODOY, Priscila H.; GURGEL, Angelo C. Os Impactos das Políticas de Estímulo à Indústria Brasileira. 42º Encontro Nacional de Economia (FEA-USP), 2014.

GRAMSCI, A. Caderno 13 (1932-4): Breves notas sobre a política de Maquiavel), in: *Cadernos do Cárcere*. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere. Volume 2: Os intelectuais*. O princípio educativo. Jornalismo. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000b.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 1968.

HARVEY, David. *The Limits to Capital*. London/Nova York: Verso, 2006.

HARVEY David. *Neoliberalismo : História e Implicações*. São Paulo: Loyla, 2008

KALECKY, M. Political Aspects of Full Employment. In: OSIANTYNSKI, J. *Collected Works of Michal Kalecki*, Vol. I. New York: Oxford University Press, 1990.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 76, nov. 2006. p. 17-41.

MACHADO, Eiel. *Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais*. Revista Lutas Sociais, vol. 21/22. São Paulo, 2009.

MARINI, R. M. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Editora Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. O Rendimento e Suas Fontes (Teorias da Mais Valia), in: *Marx, coleção "Os Pensadores"*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MINELLA, Ary. Grupos financeiros no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico dos maiores credores privados. *V workshop empresa, empresários e sociedade. O mundo empresarial e a questão social (PUCRS)*. Porto Alegre, maio de 2006.

MOTTA, Luiz Eduardo. Nicos Poulantzas, 30 anos depois. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 17, n. 33, jun. 2009. p. 221-228.

NASCIMENTO JÚNIOR, Wanderley dos Reis. *A amplitude da maré rosa: uma análise das experiências de governo no Brasil, Chile e Uruguai*. 2017. Dissertação de mestrado em Integração da América Latina. Foz do Iguaçu: UNILA, 2017.

NAYYAR, D. Globalisation, history and development: a tale of two centuries. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, n. 30, 2006. p. 137 - 159.

PATNAIK, P. Money, Finance and Contradictions of Capitalism. In: GHOSH and CHANRASEKHAR. *Work and Well-Being in the Age of Global Finance*. New Delhi: Tulika Books, 2003.

OLIVEIRA, Alexandre L. O BNDES como ator da política externa brasileira no governo Lula (2003-2010). *Revista brasileira de geografia econômica - Espaço e Economia*, Rio de Janeiro, n. 8, ano IV, 2016. p. 1-17.

POLANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado, in: *O Estado em Crise*. Rio de Janeiro: Graal, p.3-41: 1975 [1977].

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1977.

ROBINSON, W. I. Capitalist Globalization and the Transnationalization of the State. In: Transatlantic Conference on

Historical Materialism and Globalization, 1998, Warwick.
Disponível em:
<<http://www.aporrea.org/actualidad/a7879.html>>. Acesso em
22 jan. 2017.

SILVA, Mayra. O refluxo da Maré Rosa e o impasse do
chavismo na Venezuela. *Breviário de Filosofia Pública*. Nº
138, 10/2015 [81-87]. Rio de Janeiro: UFF, 2015.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio
desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff
(2011-2014). *Novos Estudos (CEBRAP)*, ed. 102, jul/2015. p.
43-71.

STIGLITZ, J. E. *Globalization and Its Discontents*. New York:
Norton & Company, 2002.

STOKES, Susan C. What do policy switches tell us about
democracy?, in: *Democracy, accountability, and
representation*. London: Cambridge University Press, 1999

STOKES, Susan. *Neoliberalism by Surprise in Latin America*.
London: Cambridge University Press, 2001.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A
economia política dos governos FHC, Lula e Dilma:
dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento
econômico. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número
Especial, p. 909-941, dez. 2012.

TOLEDO, Sara B. de; BRAGA, Valquíria K. Dinâmicas
internas e externas na conjuntura do fim da hegemonia petista
no Brasil, in: *AYERBE, Luis F. (org.). Análise de Conjuntura
em Relações Internacionais: abordagens e processos*. São
Paulo: Editora UNESP, 2016.

**Palavras-
chave:**

Hegemonia,
Financeirização,
Periferia,
Política
Econômica,
Partido dos
Trabalhadores,
América Latina.

Resumo A dissolução da era Bretton Woods e o subsequente processo de financeirização do capitalismo global demarcaram uma inflexão nas relações entre economia e política, traduzindo-se na hegemonia das frações rentistas sobre os demais segmentos da elite (NAYYAR, 2006; EPSTEIN & POWER, 2003) e na modulação das margens de autonomia dos governos face às pressões do mercado (CAMPELO, 2015). Diante deste panorama, o objetivo deste paper é oferecer um enquadramento analítico para a compreensão dos fenômenos que levaram à interrupção do governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Para isso, foi utilizada uma metodologia multidimensional que abrange variáveis endógenas e exógenas capazes de contemplar a singularidade do caso brasileiro, mas, também, sua inserção em um contexto regional e global.

Keywords

Hegemony,
Finance,
Periphery,
Economic
Policy,
Partido dos
Trabalhadores,
Latin America.

ABSTRACT: The aim of this article is to provide an analytical framework for understanding the phenomena that led to the discontinuation of the Partido dos Trabalhadores government (2003-2016), considering the dissolution of the Bretton Woods era and the subsequent process of financialisation of global capitalism. For this purpose, the methodology encompasses endogenous and exogenous variables in order to be capable of contemplating the Brazilian case and its insertion in a regional and global context. The conclusions of this work were able to show the false contradiction around the financialization/productive development binomial, since the sources of accumulation of the Brazilian business sector assume a syncretic dimension, in which financial capital does not dissociate itself from the productive one.

Recebido para publicação em junho/2017

Aceito para publicação em outubro/2017